



QUANDO CALMET TRAIU CALMET: SOBRE A *FUNÇÃO-AUTOR* EM FOUCAULT E CHARTIER

Gabriel Elysio Maia Braga¹

Resumo

Pensar a autoria, e mais especificamente, a *função-autor* é vital para a História Cultural da Ciência. Neste artigo, busco examinar e comparar as interpretações de dois autores, Roger Chartier e Michel Foucault, com o intuito de poder melhor analisar o tratado escrito pelo monge beneditino dom Augustin Calmet sobre os vampiros em 1751. Nascido na Lorena, Calmet firmou-se, frente à República das Letras, como um competente exegeta. Seus trabalhos sobre interpretação da Bíblia e sobre história universal receberam destaque na França. Sua imagem de autor mudou, entretanto, quando decidiu publicar sua opinião a respeito de uma polêmica que ganhou força na última década do século XVII, os casos de ataques de vampiros relatados nos Bálcãs.

Palavras-Chave: História da Autoria; História Cultural da Ciência; Chartier; Foucault; Calmet

WHEN CALMET BETRAYED CALMET: THE *AUTOR-FUNCTION* IN FOUCAULT AND CHARTIER

Abstract

To think authorship, and more precisely, the *author function* is vital for Cultural History of Science. In this article, it is searched the examination and comparison of the interpretations of two authors – Roger Chartier and Michel Foucault – in order to better analyze the work written by the Benedictine monk don Augustin Calmet about the Vampires in 1751. Borne in Lorraine, Calmet has built up his fame, in relation with the Republic of Letters, as a competent exegete. His works about biblical interpretation and universal history were highlighted in France. His author image changed, however, when he decided to publish his opinion on a polemic subject that has become known in the last decade of the 17th century, the vampire attack cases related in the Balkans.

Key-Words: History of Authorship; Cultural History of Science; Chartier; Foucault; Calmet

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. Contato: gab.braga94@gmail.com.



1. Introdução

Como pensar a autoria na história? É uma questão extremamente complexa definir o que faz um autor ser um autor. É possível, em busca de respostas, recorrer a dois pensadores que possuem trabalhos sobre o assunto, o filósofo Michel Foucault e o historiador Roger Chartier. Suas abordagens possuem poucos pontos em comum e algumas divergências, porém permitem pensar em possíveis novas problematizações para esta temática.

Proponho para este artigo um debate sobre a função-autor em Foucault, em especial na sua conferência publicada *Qu'est-ce qu'un auter?* [O que é um autor?] (1969) e em Chartier, em seu artigo *História Intelectual do Autor e da Autoria*, publicado como capítulo do livro *Autoria e História Cultural da Ciência* (2012), organizado por Priscila Faulhaber e José Sérgio Leite Lopes. Livro este que foca quase que exclusivamente na interpretação do historiador francês sobre a função-autor.

A partir dos resultados desses dois pensadores, proponho uma análise da reputação do monge beneditino francês dom Augustin Calmet e de uma obra sua específica, *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc* (1751). Não escolhemos trabalhar com o conteúdo deste tratado em si, mas com a relação autor-obra, a imagem do Calmet-autor, suas mudanças ao longo de suas publicações e a repercussão deste seu tratado, considerado por críticos da época um desvio em sua produção, ou poderíamos dizer, uma traição do autor pelo próprio autor.

2. *Qu'est-ce qu'un auter?*

Em 1969, mesmo ano de publicação de seu livro *A Arqueologia do Saber*, Foucault apresentou sua conferência *Qu'est-ce qu'un auter?* [O que é um autor?] perante a Sociedade Francesa de Filosofia. Tal fala gerou um grande debate – que está longe de terminar – sobre a função-autor, a importância dessa posição e suas mudanças ao longo da história, dessa forma, contribuindo imensamente para a história das ciências. O filósofo afirmou, ao iniciar sua apresentação, que pretendia analisar não o sujeito, mas sim o autor, ou mais especificamente, a função-autor, seu surgimento, suas características e suas mudanças ao longo do tempo. Em trabalhos anteriores, o filósofo alegou que sua preocupação fora em relação ao funcionamento de práticas discursivas, já neste referido trabalho, tinha com pretensão analisar o proferidor do discurso, a figura do autor não



enquanto sujeito, mas enquanto produtor de discursos de verdades e sua relação com estes.

Para Foucault a função-autor é uma categoria fundamental, que constitui um forte momento de individualização na história das ideias e das ciências (FOUCAULT, 1994, p. 792). A genealogia desta função-autor, em sua abordagem, está fortemente atrelada às punições. Se pegarmos o exemplo da inquisição espanhola podemos verificar a importância do nome do autor quando se tratava de censurá-lo. Era uma questão de identificação de obras e/ou autores que iam contra os preceitos da Igreja.

O filósofo pontuou duas formas de censura. Na primeira, censurava-se o autor e suas obras passadas, presentes e futuras, ou seja, aquele dado autor era tido como uma fonte de pensamentos heréticos, logo tudo o que produzisse estaria condenado. A segunda forma era a condenação de obras específicas de certos autores, para isso era necessário referenciar não apenas o título da obra, mas também o nome do autor, a fim de explicitar qual era a não permitida para leitura pública, evitando possíveis confusões e equívocos. Havia ainda uma outra classe de proibição, após o ano de 1584, que não permitia a circulação de obras cujo autor não fosse referenciado (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 55 – 56), mostrando assim, sua importância.

Ao mesmo tempo em que avalia esta individualidade, Foucault afirma que a autoria possui uma forte relação com a morte ou o apagamento do autor. Ao escrever abre-se mão de muitas das características individuais. Há um distanciamento entre o indivíduo particular e aquele que escreve. Muito se deve às adequações às quais os discursos devem submeter-se no momento da escrita. De fato, a transposição de ideias, de uma pesquisa, por exemplo, para a escrita realiza-se através de uma série de distorções.

Michel de Certeau em *A Operação Historiográfica* (1982) destacou três destas distorções: “a inversão da ordem, o encerramento do texto, [e] a substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido” (CERTEAU, 1982, p. 89). A primeira diz respeito à exposição, que se dá de forma cronológica, ao passo que a pesquisa nem sempre ocorre nesse sentido. O encerramento é outra distorção a partir do momento em que é necessário encarcerar ideias no papel, delimitando-as. Por último, deve-se fazer entendível, logo, por vezes deve-se sacrificar certas formas de expressão ou exposição a fim de que o texto se torne claro com uma linha de raciocínio bem definida. Tais distorções, pensando a partir de Foucault, distorcem também o sujeito, tornando-o um autor.



A noção de escrita também é sublinhada por Foucault como um importante conceito, mas que deve ser trabalhado com precaução, pois em sua visão, conceder um caráter originário a escrita tendo em vista o apagamento do autor, na realidade, apenas reforça a visão tradicional de autor como um humano excepcional – algo que mantém os seus privilégios de emissor de verdades, ou mesmo uma ilusória posição de neutralidade (FOUCAULT, 1994, p. 795 – 796). Longe de aspirar encontrar algo para substituir o autor, o que Foucault propõe é localizar o espaço deixado vago por essa figura e trabalhar a partir dele.

Um dos elementos que o filósofo se propõe a analisar é o nome próprio que, de acordo com ele, coloca os mesmos problemas que o próprio autor. “Um nome próprio não possui pura e simplesmente um significado [Un nom propre n’a pas purement et simplement une signification]” (FOUCAULT, 1994, p. 796), ele excede o indivíduo. Tanto o nome próprio como o nome de autor encontram-se no limiar da descrição e da designação, são, contudo, diferentes. O nome de autor possui suas peculiaridades. Ele não é simplesmente um elemento dentro de um discurso, embora exerça um papel de peso sobre ele, um papel classificatório que permite reagrupar, excluir, delimitar... “Por fim, o nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso [Enfin, le nom d’auteur fonctionne pour caractériser un certain mode d’être du discours]” (FOUCAULT, 1994, p. 798).

Essa função não pode ser aplicada em todos os tipos de discurso, como no caso dos contratos, por exemplo. A função-autor é, portanto, reservada apenas para uma parcela dos discursos proferidos na sociedade. Foucault cita quatro características para melhor a caracterizar. Primeiramente, a noção de propriedade – e aqui entra o papel da punição – ao se apontar o autor proibido, tanto para condená-lo como para especificar a obra não permitida aos fiéis, no caso da inquisição. Nestes casos o discurso não era visto como produto a ser comercializado, mas sim como um ato, incluído dentro do campo do sagrado e do profano, do permitido e do proibido (FOUCAULT, 1994, p. 799). Neste sentido o discurso se constitui, historicamente, enquanto um gesto de risco, um ato que possui seus perigos.² Estes perigos, entretanto, diminuiram, na opinião do filósofo, quando houve o consolidar da noção de propriedade autoral – os direitos do autor e os

² Evidente que os autores da Idade Moderna tinham noção desse perigo. Podemos citar como exemplo o anseio pelo controle da distribuição e a aversão pelas vendas, trabalhados por DeJean (2005). Os que optavam por publicar seus trabalhos em uma escala maior perdiam o controle sobre a interpretação deste trabalho e abriam-se à críticas e ataques, como foi o caso do monge beneditino Augustin Calmet, sobre o qual falaremos mais adiante.



contratos com os editores, por exemplo³ –, pois surgiram também os benefícios da propriedade.

Uma segunda característica é a não universalidade da função-autor. Neste ponto o filósofo divide os textos literários e científicos para analisá-la melhor em cada contexto separadamente. Os primeiros, até os séculos XVII e XVIII, eram comumente aceitos sem necessidade de se referenciar um autor. A antiguidade de tal produção era o que ocupava o “espaço vazio” deixado pelo autor, ela concedia ao texto legitimação suficiente perante a sociedade. Por outro lado, os textos ditos científicos careciam de um nome de autor para dispor de autoridade. É justamente nos séculos XVII e XVIII que ocorre o que Foucault classifica enquanto um quiasma. Enquanto os discursos científicos deixaram de possuir uma carência de nome e passaram a ser aceitos por eles mesmos,⁴ os discursos literários passaram a exigir cada vez mais a proveniência do texto – autor, data, local... – a fim de medir o valor de uma dada obra (FOUCAULT, 1994, p. 799 – 800).

O terceiro atributo destacado é o fato de não ser espontânea a sua atribuição, mas sim resultado de uma “operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de autor [operation complexe qui construit un certain être de raison qu’on appelle l’auteur]” (FOUCAULT, 1994, p. 800 – 801). Procura-se dar ao indivíduo por trás da escrita características tais como um poder criador, contudo, afirma Foucault, o que é designado de autor no indivíduo não passa de uma projeção do tratamento dado aos textos. Evidente que existem mudanças no modo de construção do autor ao longo dos séculos, mas o filósofo afirma podermos encontrar um certo invariante⁵ nessas regras de construção (FOUCAULT, 1994, p. 801).

A quarta e última característica elencada diz respeito à natureza do nome do autor. Foucault inicia comentando sobre a proximidade entre os métodos da crítica moderna e da antiga exegese cristã quando se pretendia encontrar o autor da – ou o autor na – obra. O nome pura e simplesmente não significa muita coisa. Pode ter sido proveniente de uma classificação errônea, de uma fraude ou um caso de homônimos, por exemplo. Foucault cita São Jerônimo e seus quatro critérios de identificação de autoria: um nível constante de valor que pressupunha que as obras designadas a um certo autor deveriam ter o mesmo nível, sendo possível desconsiderar aquela avaliada inferior por fugir do padrão; uma

³ Que, de acordo com Foucault, ocorreram em finais do século XVIII e início do século XIX. Esta periodização é contestada por Chartier (2012).

⁴ Com isso referencio a atenção a uma metodologia e a um modo de exposição.

⁵ No original, *certain invariant*.



coerência conceitual ou teórica, não deixando margem para o autor se contradizer; dever-se-ia observar também uma unidade estilística através de expressões e palavras utilizadas; e por fim observar os acontecimentos históricos citados e verificar se condiziam com o período em que o autor estava vivo (FOUCAULT, 1994, p. 801 – 802), pois logicamente, este não poderia referenciar acontecimentos que ocorreram após sua morte ou antes de seu nascimento.

Desse modo o autor se torna o que explica certas transformações e certos acontecimentos dentro de uma obra mais vasta (FOUCAULT, 1994, p. 802), ele preenche um vazio que é criado pela necessidade de uma unidade consistente. Para incrementar a análise, podem ser feitas correlações com a biografia do autor, analisar sua posição/condição social, a cultura do local de onde provém, enfim, o nome do autor concede explicações inteligíveis e satisfaz a necessidade de sua ausência, podendo ser utilizado para explicar aparentes contradições e inconsistências.

Ainda explorando essa quarta característica, Foucault indica que o autor não é uno, mas sim está em meio a uma pluralidade de egos, como por exemplo em um romance narrado em primeira pessoa, em que quem fala não é necessariamente o autor, embora seja possível que este utilize um ou vários personagens para exprimir seu ego. Para trabalhos científico-acadêmicos, o “eu” da introdução não é o mesmo “eu” da conclusão, pois este pode vir ser multiplicado se seguida a metodologia aplicada no trabalho, o autor, portanto, não é um desses egos, mas o que permite a dispersão destes três ou mais (FOUCAULT, 1994, p. 803).

Por fim, Foucault deixa claro as suas intenções. Afirma não pretender continuar tratando o autor como o grande originador de discursos, mas sim de retirar este papel originário que o concede vários privilégios e “analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso [l’analyser comme une fonction variable et complexe du discours]” (FOUCAULT, 1994, p. 811). É importante, em sua opinião, entender que a função-autor não é intrínseca nem necessária, sendo assim, possível pensarmos em uma sociedade onde a função-autor não se fizesse presente.

Tendo em vista as considerações de Foucault podemos melhor refletir a propósito da literatura científica de finais do século XVII até meados do século XVIII, cujo assunto principal eram os casos de vampirismo. Atenção especial será dada ao caso do monge Augustin Calmet e de seu tratado sobre o assunto. Entretanto, antes de adentrarmos na análise de fontes, é importante comentarmos também sobre a interpretação da função-



autor dada pelo historiador francês Roger Chartier, referência em história da leitura e da ciência.

3. O Autor e a Autoria em Chartier

A socióloga Priscila Faulhaber, juntamente com o economista e antropólogo José Sérgio Leite Lopes, organizou o livro *Autoria e História Cultural da Ciência* (2012) que reúne um artigo, uma entrevista e um posfácio de Roger Chartier, além de alguns textos de outros pesquisadores. O tema central é a questão da autoria na interpretação do referenciado historiador francês, sendo que este, em seu capítulo, faz uma análise da conferência proferida por Foucault em 1969.

De acordo com Chartier: “A ‘função autor’ é o resultado de procedimentos precisos e complexos, que posicionam a unidade e a coerência de uma obra (ou conjunto de obras) em relação à identidade de um sujeito construído” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 38). O autor, portanto, deixa de ser um sujeito. O autor não é real – me utilizando de uma nomenclatura mais psicanalítica –, mas sim uma construção dos outros, mais precisamente, dos leitores. O autor é “uma ficção que proporciona realidade a uma ausência” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 40).

Uma grande disparidade entre as interpretações destes dois pensadores se encontra em suas interpretações sobre o surgimento da autoria, principalmente na questão cronológica.⁶ Enquanto Foucault concede mais atenção à punição, ao index, às proibições de livros e autores – como no exemplo anteriormente citado da Inquisição Espanhola –, Chartier propõe uma reavaliação das leis de *copyright*. A partir dessa proposta, avalia que a construção da noção de autoria não poderia ser datada de finais do século XVIII e começo do XIX, visto que já existiam leis regulamentando de maneira mais formal este assunto desde a década de 1720 na Inglaterra (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 45 – 47).

O historiador francês também cita alguns – poucos – casos de autores cujas obras eram assinadas já no século XVII, principalmente quando se tratava de peças de teatro, cuja divulgação era feita, muitas vezes, pelos próprios autores (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 48 – 49). É evidente que esta não era ainda uma prática

⁶ Foucault foca no quiasma, Chartier, por outro lado, vai aos poucos retrocedendo nos séculos, buscando contratos e leis que possam ser interpretadas como direitos autorais.



disseminada, nem servia para todo tipo de obra. Se tomarmos como exemplo os entremezes⁷ portugueses e espanhóis de meados para finais do século XVIII, e mesmo os datados do século XIX, podemos observar que não recebiam nenhuma designação autoral, apenas eram creditados o editor e/ou a casa editorial e o ano de impressão.⁸

A obra *Paraíso Perdido* de John Milton foi uma das primeiras a ser publicada sob um contrato de direitos autorais. Nos contratos da época, era comum o escritor vender o seu manuscrito por um dado preço e o lucro com a venda dos exemplares publicados ser inteiramente do editor. Diferentemente, no contrato assinado por Milton, este permanecia com os direitos da obra mesmo após a venda do manuscrito, o que para Chartier, evidencia uma construção da função-autor antes mesmo de 1710, sendo que a partir desta data, o historiador observa uma “nova posição para o autor” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 50).

Esta pode ser melhor entendida quando tomado o exemplo de Shakespeare, autor que era tido como “propriedade comum” até 1710, quando tornou-se cânone e sinônimo de perfeição, o poeta nacional. Tal fato gerou duas consequências, explicitadas por Chartier, a primeira foi um ímpeto pela correção e expurgo de vulgaridades, uma espécie de “Shakespeareização” do próprio Shakespeare, de forma a deixar o autor mais “puro”, mais perto daquela imagem que objetivou-se consolidar; a segunda consequência foi uma progressiva substituição das obras pelo próprio autor. O autor tornou-se “referência e autoridade, cuja vida exemplar e significado moral ou nacional tornariam-se mais importantes do que seus próprios textos” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 53).

Shakespeare tornou-se uma marca, um selo de qualidade de uma obra. As correções são um ponto muito importante a considerar. Ao ser transformado em cânone cristalizaram-se também uma série de expectativas quanto às obras escritas pelo inglês. O mesmo é verificável em Calmet. Sua reputação se consolidou ainda em vida, diferente de Shakespeare. Porém, assim como no caso do inglês, foram criadas uma série de expectativas quando a seus escritos, não apenas no que se refere à qualidade, ou mais especificamente, ao método utilizado em sua investigação, mas também uma expectativa quanto aos temas tratados.

⁷ Peças curtas com poucos personagens, tal como as contemporâneas esquetes de humor, que eram apresentadas nos intervalos de grades óperas e também vendidas como literatura de cordel.

⁸ Para mais informações sobre os Entremezes ver: BRAGA, G. Preso pela Ratoeira: sobre a sedução nos Entremezes portugueses do século XVIII. In: *Revista Cadernos de Clio*. v.6 n.2, 2015, pp. 119 – 144.



Utilizando o exemplo de Shakespeare, Chartier apresenta a formação daquele autor ficção apresentado no início de seu capítulo, criado para suprir uma ausência, se nos utilizarmos da nomenclatura foucaultiana. Nessa ficção são depositadas todas as expectativas, os anseios e desejos que leitores possuem sobre o autor. A imagem de humano excepcional foi se consolidando com o tempo, acumulando para o autor os privilégios sobre os quais Foucault tanto discorreu, assim como os perigos referenciados por DeJean (2005).

A relação da função-autor com as vendas também é um importante ponto de análise de sua construção. Estas nem sempre foram algo intensamente desejado pelos autores. “Os nobres amadores e os membros da comunidade acadêmica compartilhavam certos valores” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 50), como por exemplo, o desprezo pelas vendas, o desprezo por tornar-se popular. Era temido o perigo do mal-entendido. Muitos destes nobres escritores optavam pela circulação de suas obras no formato manuscrito, obtendo uma circulação mais controlada e um público mais selecionado. Este foi um assunto muito debatido durante o período da Querela entre Antigos e Modernos, entre os séculos XVII e XVIII. De um lado, estes defendiam a participação popular na república das letras, de outro, havia um grande temor e a visão de que o público era “uma força [...] incontrolável” (DEJEAN, 2005, p. 68).

Outro ponto de divergência entre as abordagens foucaultiana e a de Chartier diz respeito à reivindicação de verdade, ou poderíamos dizer, a autoridade possuída ou não pelo nome do autor. Enquanto o filósofo, a partir da abordagem do quiasma, valoriza o anonimato nas publicações científicas dos séculos XVII e XVIII, o historiador rebate afirmando que nomes próprios também reivindicavam verdades e eram importantes fatores no meio científico da época. Assim sendo, para Chartier (2012) havia mais do que a mera atenção a formalidades de método e exposição das investigações. Nessa questão aproximo-me mais da abordagem de Chartier, pois na análise que se segue de Calmet, percebi uma série de expectativas que influenciaram na recepção de seu tratado sobre os vampiros.

Segundo a abordagem de Foucault, havia na Idade Média uma forte necessidade do nome, de preferência um nome “forte” e reconhecido, a fim de se produzir a legitimação do trabalho. Com o advento da filosofia cartesiana, em sua linha de raciocínio, teria ocorrido um apagamento do nome em virtude da primazia do método. Para Chartier, “o fato de profissionais e técnicos desaparecerem por trás da autoridade aristocrática não implicava o anonimato do discurso” (CHARTIER; FAULHABER;



LOPES, 2012, p. 53). Nesta abordagem, a dedicatória também possuía um importante papel no processo de legitimação. O príncipe ou nobre a quem uma obra era dedicada era referenciado como se fosse o seu primeiro autor, a inspiração correta para que tal produção pudesse ser realizada. Uma garantia da veracidade do que estava escrito.

Este sistema, o qual é denominado pelo historiador francês de “modelo de validação aristocrática”, ia muito além das dedicatórias a membros da nobreza. Muitas vezes as apresentações de autor eram feitas com o objetivo de “distanciá-los das práticas mercenárias do comércio de livros” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 54), garantindo assim seu comprometimento com o conhecimento e não com os possíveis lucros decorrentes da distribuição e venda de suas obras. Esta é basicamente a diferença aponta por Mark Rose,⁹ em seu artigo *The Author in the Court* (1992), entre *propriety* e *property*. A primeira refere-se a propriedade intelectual no sentido de controle da distribuição visando a autopreservação do autor – de um público visto como uma força perigosa, como nos relata Dejean (2005) –, uma característica que era vista com muito bons olhos pela nobreza e pelos homens de letras; o segundo termo refere-se a propriedade intelectual no sentido de ser um bem que visa a distribuição e lucro para seu autor (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 51 – 52).

Chartier tece uma crítica à interpretação da historiadora Cynthia J. Brown, que relaciona o surgimento da função-autor diretamente com a invenção da imprensa por Gutenberg. Para ele a importância do nome do autor foi precedente à comercialização de livros impressos, por isso optou por destacar o século XIV, no qual vê uma nova significação para a palavra autor, influenciando nas palavras *auteur* [autor] e *auctores*. A primeira dotava a segunda de uma autoridade anteriormente reservada apenas aos *auctores*, palavra derivada de *augere* que significava dar existência a algo (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 58). A palavra *écrivain* [escritor], passou a designar não só o criador da obra, como também o reproduzidor, o que copiava e a palavra *invenção* desvencilhou-se da noção religiosa de descoberta das criações de Deus para adquirir um sentido de criação completamente nova (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 59 – 60), elevando o *status* do inventor/autor, contribuindo para o desenvolvimento da ficção que é a função-autor.

As mudanças sofridas nas edições também contribuíram para o desenvolvimento deste tema. Em contraste com o que era comum desde o século VIII, ou seja, miscelâneas

⁹ Professor do Departamento de Inglês da Universidade da Califórnia.



de manuscritos, a partir do século XIV tornou-se comum a junção de diversos textos de um mesmo autor em uma edição, ou mesmo uma única obra sua (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 60 – 61). Pode-se notar, de acordo com Chartier, que a partir da segunda metade do trezentos pode ser encontrado um número maior de edições com uma única obra em detrimento das miscelâneas, e avançando nas décadas essa disparidade apenas cresce. Sendo assim, foi

em torno de autores como Dante, Petrarca e Bocácio, na Itália, e Christine de Pizan e René d'Anjou, na França, que a 'função-autor' surge da profunda revolução na concepção de livro, que reunia um objeto material, um nome próprio e um texto ou série de textos (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 61).

As conclusões a que chega Chartier são que, primeiramente, “a genealogia da autoria literária é mais antiga do que Foucault pensava” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 62) e, em segundo lugar, que “a genealogia científica, ao contrário, é muito mais complexa do que uma simples passagem da *auctoritas* para o anonimato” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 62). A primeira fica evidente se levarmos em conta as suas considerações sobre o século XIV e as edições manuscritas que de miscelâneas, tornaram-se coleções de textos de um autor somente, ou uma obra apenas.

Sobre a divergência em relação a Foucault sobre o anonimato dentro da autoria científica, Chartier cita que na Idade Média e na Renascença havia um conjunto de conhecimentos considerado coletivo e anônimo, de modo geral, aqueles que buscavam explicações para o mundo natural. Diferentemente do filósofo, crê que a revolução científica do século XVII não teve como uma de suas características a expulsão do nome próprio nas produções e afirmativas científicas. Descobertas e experimentos possuíam uma exigência de nome provido de autoridade que pudesse garantir a integridade de uma dada obra. Esta autoridade, ao longo do tempo, foi se deslocando do aristocrata, do mecenas citado nas dedicatórias dos trabalhos, para a autoridade científica, portadora de verdade (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 63).

Observando o desenvolvimento, trabalhado pelos dois autores selecionados, dessa autoridade científica enquanto repositória de diversas características atribuídas pelos leitores, podemos começar a nos questionar sobre a visão destes. O autor possui sua obra até que ponto? Quando os leitores, ou mesmo os fãs tornam-se também proprietários de uma dada obra? O objeto a ser trabalhado aqui é o tratado de Calmet e as mudanças por que passou o Calmet-autor perante a sociedade letrada francesa. Entretanto essa reflexão



poderia igualmente nos levar a outros caminhos, como a análise de obras contemporâneas como *Star Wars* ou *Harry Potter* que possuem uma legião de fãs que também aspiram tornar-se autores da obra, contribuindo com *fanfics*¹⁰ que nem sempre são recebidas com entusiasmo pelos seus proprietários legais.¹¹ Podemos citar ainda casos em que um autor é acusado de trair sua própria obra, uma espécie de “traição de si”, tal como aconteceu com o diretor George Lucas na trilogia de prequelas de *Star Wars*.

O que defendo com este artigo é que, acompanhando o nome do autor, desenvolve-se uma série de expectativas quanto à sua produção. O autor, contudo, não é uma entidade fixa e imutável que profere discursos automaticamente e sempre sob o mesmo conjunto polido de pensamentos. Enquanto sujeito, o autor está entremeadado em uma série de potenciais mudanças que nem sempre agradam seu público, que desenvolve uma imagem idealizada e estática do autor. Meu foco neste momento é em um caso de “traição de si” – na percepção de alguns leitores da época, evidentemente – ocorrido no século XVIII. Pretendo reunir as reflexões de Foucault e Chartier em torno da análise da reputação e das expectativas em relação a dom Calmet e como seu tratado sobre os vampiros não confirmou sua imagem já consolidada na República das Letras.

4. Calmet: o beneditino que se interessou por vampiros

Com estas reflexões sobre as interpretações de Chartier e Foucault acerca da função-autor e seus desdobramentos na Idade Moderna podemos refletir melhor sobre a visão que a República das Letras possuía sobre os seus autores e levantar um questionamento: É possível um autor trair a si próprio? Como poderíamos pensar essa “traição de si”? Invoco aqui para análise a repercussão negativa do *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* (1751), de dom Calmet e os comentários de outros religiosos e pensadores, como por exemplo, Voltaire.

O monge beneditino lorenense dom Augustin Calmet viveu na região da França entre 1672 e 1757. Ingressou para a ordem em 1688 e após quase uma década foi ordenado

¹⁰ Uma narrativa ficcional criada por um ou mais fãs.

¹¹ Podemos citar aqui o caso de J. K. Rowling e o processo contra a autora de *fanfics* cuja temática era a série literária-cinematográfica *Harry Potter*, Heather Lawver, de 13 anos. Para mais informações ver: Jenkins, Henry. Why Heather Can Write. _____. *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York: New York University Press, 2006. 175-216.



padre.¹² Ficou muito conhecido nos meios letrados por seus trabalhos sobre interpretação da Bíblia (MELTON, 2008, p. 65), que começaram a ser publicados em 1707, totalizando 23 volumes. Foi também autor de trabalhos históricos como a sua *Histoire de l'Ancien et du Nouveau Testament et des Juifs* (1718), escrito após um período vivendo em Paris. Continuou no âmbito histórico escrevendo dois volumes, um sobre história universal e outro mais específico sobre a história da Lorena (MARTIN, 2007, p. 115), região onde nasceu e passou grande parte de sua vida.

Apesar de toda a fama precedente, o religioso ficou muito conhecido e marcado por sua *Dissertation sur les apparitions des anges, des demons et des esprits, et sur les revenans et vampires de Hongrie, de Bohême, de Moravie et de Silésie*,¹³ publicada originalmente em 1746. Neste trabalho, relatou, teceu comentários e analisou diversos casos de aparição de mortos, fantasmas e vampiros, além de fazer considerações sobre os poderes de Deus do Diabo. A dissertação era um trabalho filosófico, histórico e teológico, na percepção do próprio autor, o que não impediu leitores de o classificarem enquanto crédulo dos casos de vampiros e até mesmo senil.

A obra teve uma segunda edição em 1749, mas foi com a terceira que atingiu fama internacional. Ampliada e revisada pelo próprio autor, esta teve o seu nome alterado para *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* (1751). A obra foi dividida em dois tomos, totalizando aproximadamente mil páginas de conteúdo, além de cartas de aprovação anexadas ao final.

Sua fama o concedera uma posição de autor reverenciado dentro da sociedade letrada francesa. Calmet era um nome respeitado, referência nos meios acadêmicos católicos e respeitado por diversos homens de letras. Suas obras eram conhecidas e comentadas. Portanto não podemos ver com muita surpresa a má repercussão que teve sua dissertação sobre os vampiros, muito menos a grande quantidade de críticas as quais, curiosamente, em sua maior parte, não diziam respeito a problemas específicos de metodologia, mas sim ao tema e, especialmente, o porquê de se utilizar de tal metodologia para trabalhar um assunto que era considerado credice e superstição por grande parte dos letrados euro-ocidentais. Entretanto, é importante ressaltar que a abordagem do

¹² Seu interesse na ordem era específico em relação aos estudos. O jovem Calmet não desejava ter obrigações eclesiásticas para com os membros da Igreja.

¹³ Dissertação Sobre a Aparição de Anjos, Demônios e Espíritos, e sobre os *revenans* e vampiros da Hungria, Bohemia, Morávia e Silésia. [Tradução livre].



beneditino continuou condizente ao que pregava para suas produções intelectuais, contudo o foco da crítica nos vampiros ofuscou grande parte deste seu rico trabalho.

Não será analisado aqui o Calmet-indivíduo, embora seja necessário comentarmos aspectos de sua história a fim de melhor poder analisá-lo. O principal objeto de análise será o Calmet-autor, esta ficção construída pela sociedade letrada, e algumas repercussões que teve o seu tratado sobre os vampiros. Gostaríamos de aqui trazer o elemento da *expectativa*, este sentimento de espera que molda a visão de uns sobre outros e é muito próximo de outro sentimento, o de decepção. Era esperado pela república das letras que o Calmet-autor mantivesse seu nível de trabalho – se nos utilizarmos de termos de São Gerônimo – e estilo de escrita. Como veremos, ele manteve seu estilo de abordagem, contudo lidou com um tema polêmico que mexeu com muitos ânimos e despertou diferentes sentimentos nos seus leitores.

Para melhor entender a metodologia escolhida pelo monge, devemos ressaltar o seu pertencimento à ordem dos beneditinos. A regra de São Bento exigia dos monges, 1.500 horas de estudos anuais (BANDERIER, 2015, p. 39) e incentivava a contínua formação dos membros. Somado a isto, temos a abadia de formação de Calmet. A congregação de Saint-Vanne et Saint-Hydulphe, erigida pelo papa Clemente VIII em 7 de abril de 1604, foi a precursora da mais importante reforma religiosa ocorrida na região da Lorena, na opinião do historiador Gérard Michaux (1989). A reforma levada por Dom Didier de la Court, no espírito da Reforma Católica, tinha por aspiração reforçar – ainda mais – os estudos e a formação continuada dos monges beneditinos.

Em carta, Calmet afirmou ter se dedicado a vida religiosa para escapar de quaisquer *charges d'âme* (BANDERIER, 2015, p. 13), expressão francesa que designa responsabilidade para com outras pessoas. No sentido religioso ela se refere às obrigações clericais para com os fiéis, tal como escutar as confissões e acompanhar suas vidas religiosas, indicando-os os caminhos de Deus e ensinando-os a doutrina cristã. Talvez seja por esse motivo que o monge tenha levado quase uma década entre a admissão na ordem e sua ordenação e primeira missa ministrada.

Havia, portanto, uma clara preferência de Calmet pelos estudos. Durante sua vida, sempre que possível, frequentava as academias vannistas, que funcionavam a partir de estudos individuais e coletivos. Dividiam-se as leituras de obras e compartilhavam-se tanto as leituras quanto os resultados de pesquisa (BANDERIER, 2015, p. 20), a fim de engrandecer o conhecimento sobre a cultura escrita católica e laica.



Por sua relação com os estudos, Calmet era detentor de respeito no meio letrado. O filósofo Voltaire era um admirador de seu trabalho e se correspondia com o beneditino frequentemente. No ano de 1754 – portanto, já posterior a terceira edição da obra sobre fantasmas e vampiros –, o filósofo ficou hospedado por três semanas na abadia de Senones – a qual na época estava sob direção de dom Calmet – para estudar e poder utilizar a grande e rica biblioteca monástica (SCHWARZBACH, 2002, p. 451; BANDERIER, 2015, p. 45 – 47). Voltaire foi uma das vozes que mais se levantou contra a dissertação sobre os vampiros, contudo, não se pronunciou a não ser após a morte do abade¹⁴ com quem se correspondia (SCHWARZBACH, 2002, p. 451).

Falando melhor sobre o seu estilo interpretativo, Calmet era adepto da interpretação literal. Eram quatro os modos de se interpretar a bíblia, moral ou antropológico, alegórico ou cristológico, anagógico ou escatológico e literal ou histórico. O sentido moral reportava os acontecimentos bíblicos para expor como as pessoas deveriam agir; o sentido alegórico buscava uma compreensão mais profunda destes eventos, reconhecendo sua significação no Cristo; o modo escatológico interpretava os eventos através de suas significações eternas; por fim o modo literal, o escolhido de Calmet, buscava os significados das palavras no texto bíblico (BANDERIER, 2008, p. 37; 2015, p. 26).

Calmet era um literalista. Tomava os eventos relatados no livro sagrado cristão como verdadeiros, procurando então uma explicação racional para os mesmos. Não havia espaço para interpretações alegóricas ou significações escondidas ou subjetivas. Seu objetivo era explicar como tais eventos foram possíveis e não interpretá-los ou transformá-los em uma espécie de lição para a vida dos fiéis. Um trabalho de sua autoria que expressa bem suas pretensões é o *Commentaire littéral sur tous les livres de l'ancien & du nouveau testament* [Comentário literal sobre todos os livros do antigo & do novo testamento], publicado entre 1707 e 1716. O monge transcreve um trecho bíblico traduzido para, em seguida, apresentar as condições de possibilidade de realidade da narração. Não há significados escusos no texto, para Calmet, apenas uma verdade literal que pode ser compreendida a partir da história, da filosofia e da teologia.

Afirmamos anteriormente que apesar de manter sua metodologia, outrora elogiada, o trabalho de Calmet foi muito criticado pelo tema que escolhera abordar. Gostaríamos de explicar melhor esta afirmativa. No *Traité sur l'apparition...*, Calmet

¹⁴ Calmet faleceu no ano de 1757.



optou por manter a abordagem literalista que utilizara nos trabalhos anteriores sobre as sagradas escrituras. Schwarzbach (2002) mostra quão confusos poderiam ser interpretados os comentários do monge por seguir esta técnica. Por previamente considerar todo o escrito na bíblia verdadeiro, não via a necessidade de reafirmar isso em todos os argumentos, o que levava a uma aparente dubiedade. Calmet transcrevia a passagem bíblica e após ela tecia um comentário composto por muitas perguntas. Seu objetivo era comprovar os eventos relatados explicando racionalmente como eles ocorreram. Frequentemente confrontava diferentes visões e entendimentos através de várias perguntas, o que por vezes poderia ofuscar a sua opinião pessoal.

Quando optou pelos vampiros, o autor também escolheu manter a sua metodologia no sentido de relatar os casos tal como se fossem verdadeiros, procurando explicações racionais para os mesmos, o que não significa que ele acreditava na veracidade dos mesmos. Seu objetivo era o de mostrar que: a) mesmo se existissem os mortos-vivos sugadores de sangue, eles possuíam uma explicação pela natureza, o que tirava o caráter sobrenatural a eles imbuído; e b) o único com poderes para permitir a existência de tal criatura era Deus, logo os vampiros eram possíveis, contudo não existindo um bem por eles feito, nem precedente bíblico, eles só poderiam ser falsos.

Defendo que foi principalmente pela escolha de sua metodologia de análise que Calmet foi mal interpretado. Ele possuía consciência dos perigos da publicação, tinha a noção de que era um ato sobre a qual recaíam certas responsabilidades: “Sinto bem que me exponho à crítica, & talvez ao riso de boa parte dos Leitores [Je sens bien que je m’expose à la critique, & peut-être à la risée de bien des Lecteurs]” (CALMET, 1751a, p. I). Por esse motivo, já de início ele introduz o tema com muito cuidado, primeiramente delimitando para qual público escreve, os que “examinam as coisas seriamente e a sangue frio [examinent les choses sérieusement & de sang froid]” (CALMET, 1751a, p. II), e critica pesquisadores pretenciosos que denomina de *Esprits forts*,¹⁵ que

rejeitam tudo para se distinguir e para se colocar acima do comum, eu os deixo na esfera de sua elevação: eles pensarão de meu trabalho o que bem entenderem, e como este não é feito para eles, aparentemente não terão nem o trabalho de lê-lo.

[rejetent tout pour se distinguer & pour se mettre au-dessus du commun, je les laisse dans la sphere de leur élévation : ils penseront de mon ouvrage ce qu’ils jugeront à propos ; & comme il n’est pas fait pour eux, apparemment ils ne prendront pas la peine de lire] (CALMET, 1751a, p. II – III).

¹⁵ Algo similar a “pensadores de mente forte”.



Foi sua opção se lançar ao público – que naquela época já estava perdendo o estigma de selvagem relatado por DeJean (2005) – e à crítica. Seu objetivo era o de “formar uma ideia justa” (BRAGA, 2015, p. 68) sobre seu objeto, seguindo a metodologia literalista e buscando explicações racionais para tais eventos. Porém, nada impediu, se nos utilizarmos dos termos de Descartes, uma “poderosa agitação e turbulência na alma” (DESCARTES, 1973, p. 962 *apud* DEJEAN, 2005, p. 124) daqueles que viam o nome de Calmet relacionado a um assunto considerado indigno de receber atenção.

Clamou-se que o tratado não estava à altura de sua reputação (BANDERIER, 2008, p. 35 – 36). Voltaire ironizou o monge em seu verbete sobre os vampiros no sétimo tomo de seu *Dictionnaire Philosophique*. O filósofo considerou fato indignante a realização de tal trabalho pelo “abade de Senones, abadia de cem mil de renda anual [abbé de Sénones, abbaye de cent mille livres de rents]” (VOLTAIRE, 1829, p. 413) e satirizou o tratamento dado por este as fontes, pois as tratara do modo como trabalhou com o novo e o velho testamentos (VOLTAIRE, 1829, p. 415). Em *Le Siècle de Louis XIV*, o filósofo considerou o padre perdido em meio a delírios (BANDERIER, 2008, p. 35).

Houve rumores até mesmo sobre sua condição mental, mesmo dentro do círculo beneditino. Um colega de ordem, dom Ildefonse Cathélinot, escreveu um livro comentando sobre o tratado de Calmet e compilou algumas críticas a ele (BANDERIER, 2008, p. 36), sendo que, novamente ressaltamos, a maior parte delas não se dirigia especificamente ao método utilizado pelo monge, mas sim pela sua extravagante combinação metodologia-tema que não havia sido feita nessas proporções até então.

5. Considerações Finais: a expectativa em relação a Calmet

A expectativa consiste em um ponto muito importante nesta análise, pois foi o que alterou a imagem de Calmet-autor perante a sociedade letrada, estigmatizando-a por uma obra cujos objetivo e inspiração não foram compreendidas pelos seus leitores. Por mais racional que a abordagem do beneditino tenha sido e por mais que ele reivindicasse essa racionalidade em seus escritos, não foi capaz de conter as emoções suscitadas pelo polêmico tema dos mortos-vivos sugadores de sangue.

Emoções ligadas a um forte sentimento religioso e a um forte sentimento filosófico-científico. Explico. Na qualidade de mortos-vivos, os vampiros eram, em suma, corpos ressuscitados, seres que voltaram da morte. Ora, a única verdadeira ressurreição



para o cristianismo era aquela do Cristo.¹⁶ Os vampiros, dessa forma, poderiam ser tanto uma profanação do Cristo, quanto um atentado ao seu caráter único de homem-deus. Mortos-vivos, dessa forma, constituíam-se em um tema delicado, com potencial de despertar sentimentos avessos a publicações que tratassem da possibilidade de sua existência.

A série de expectativas construídas em torno do Calmet-autor, foram afrontadas por uma obra que, na visão de muitos letrados, não condizia o que se esperava da produção de um exegeta literalista. A ficção da função-autor quebrou-se, fragmentou-se e gerou novas ficções, novas explicações para suprir uma nova necessidade da ordem dos sentimentos. Esta era o anseio por uma conexão entre o Calmet-exegeta e o Calmet-“vampirólogo”, pois na visão daqueles leitores as duas imagens eram completamente incompatíveis e, por vezes, até se anulavam. Portanto questionar a lucidez ou propor uma traição de si consiste em um movimento lógico, dentro da racionalidade moderna, se compreendermos a impossibilidade de – naquela visão de autor – mudanças drásticas ou a não correspondência das expectativas criadas pelos leitores.

O caso de Calmet é muito representativo do que posso chamar de *traição de si*. Não defendo que realmente exista uma forma de um sujeito trair a si mesmo, mas sim que há uma pluralidade de maneiras de o sujeito escapar da série de expectativas impostas sobre ele por parte de outros indivíduos. O tratado de Calmet, analisado de forma mais geral, possui coerência em relação a suas outras produções. O monge era conhecido como um importante exegeta literalista, até essa imagem ser substituída pela do “primeiro vampirólogo”. A temática abordada confrontou a imagem firmada.

¹⁶ Os outros casos de ressurreição presentes na Bíblia, perpetrados por profetas, pelo Cristo e pelos seus apóstolos possuem a classificação de *ressurreição momentânea*, não sendo, portanto, da mesma qualidade da ressurreição de Jesus.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDERIER, Gilles. *Dom Augustin Calmet*. Strasbourg: Vent d'Est, 2015.

_____. (Ir)rationalité des vampires ? À propos du Traité sur les apparitions... de dom Augustin Calmet. In : *Acta Iassyensia Comparationis*, n.6, p. 33 – 52, 2008.

BRAGA, G. *Considerações Sobre a Figura do Vampiro e o Sobrenatural no Século XVIII na Obra de Dom Calmet (1672 – 1757)*. 104f. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CALMET, Dom Augustin. *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* Tome I. Paris: Debure l'aîné, 1751a.

_____. *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* Tome II. Paris: Debure l'aîné, 1751b.

CERTEAU, M. A Operação Historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Mendes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [1975], p. 56 – 119.

CHARTIER; FAULHABER; LOPES (orgs). *Autoria e História Cultural da Ciência*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

DEJEAN. *Antigos Contra Modernos*. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DESCARTES, R. Les Passions de l'âme. In : _____. *Œuvres Complètes*. Paris : Garnier, 1973.

FOUCAULT, M. Qu'est-ce qu'un auteur?. In : _____. *Dits et Écrits I* : 1954 – 1969. Paris: Gallimard, 1994, p. 789 – 821.

MARTIN, P. *Don Calmet et les vampires*. In : Séance hors les murs du 19 octobre 2007, Nancy. Anais... Nancy : Académie de Stanislas, 2007.

MELTON, J. G. *Enciclopédia dos Vampiros*. São Paulo: M.Books do Brasil, 2008 [2003].

MICHAUX, Gérard. Une Fondation Tridentine: la congrégation bénédictine de Saint-Vanne. *Revue d'histoire de l'Église de France*, tome 75, n.194, p. 137 – 148, 1989.

SCHWARZBACH, B. Dom Augustin Calmet : homme des Lumières malgré lui ?. *Dix-huitième Siècle*, n.34, p. 451 – 463, 2002.

VOLTAIRE. Dictionnaire Philosophique – tome VII. In : _____. *Œuvres de Voltaire avec préfaces, avertissements, notes, etc.* Tome XXXII, Paris : Chez Lefèvre, 1829.